

COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO - PROGRAMA ARPA

Ata da 20ª Reunião Extraordinária do Comitê do Fundo de Transição

| | |
|--------------------------------------|---|
| Data: 11 de setembro de 2020 | Local: Reunião realizada por vídeo conferência |
| Horário: 13:30 às 17:30 horas | |

Participantes com direito a voto:

Representantes de membros institucionais: 6 participantes;

Representantes de membros corporativos: 1 participante;

Representantes de membros do governo: 3 participantes.

Demais participantes:

MMA: 4 participantes.

ICMbio: 6 participantes.

Funbio: 7 participantes.

Outros: 2 participantes.

Listagem completa de participantes

Presidente da reunião e participantes:

José Alentejano (Presidente do CFT), Vecita Chicchón (Gordon and Betty Moore Foundation), Meg Symington (WWF-US), Florian Arneth (KfW), Hans Christian Schmidt (KfW), Adriana Moreira (World Bank, representante GEF), Tiago Alves (Anglo American), Mariana Napolitano (WWF-BR), Ricardo Castelli (DAP/MMA), Ricardo Santos (Ministério da Economia), Marcelo Freire (SECEX/MMA), Tatiana Fajardo (DIPLAN/ICMbio), Mariana Pereira (UCP/MMA), Andre Schiessl (UCP/MMA), João Paulo Morita (ICMbio), Camila Lobo (DIMAM/ICMbio), Fernanda Santos (DIMAN/ICMbio) Mariusz Antoni (DIMAM/ICMbio), Eric Motoyama (CGPRO/ICMbio) Rosa Lemos (Secretária Geral/Funbio), Manoel Serrão (Superintendente de Programas/Funbio), Aylton Coelho (Superintendente de Planejamento e Gestão/Funbio), Fernanda Marques (Coordenadora de projetos/Funbio), Fábio Ribeiro (Gerente de projetos/Funbio), Edegar Bernardes (Assistente de projetos/Funbio), Heliz Menezes (Assistente de projetos/Funbio), Mayara Bernardes (Ponto focal financeiro Arpa/Funbio).

Agenda do dia:

I. Boas vindas e deliberações da última reunião, agenda do dia.

II. Manifesta que o CFT vê com preocupação a situação das queimadas e desmatamento na Amazônia, e o aumento dos números em relação a anos anteriores. Informa que o WWF pode dar maiores informações caso alguém tenha interesse em se aprofundar no tema.

Fabio Ribeiro apresenta a agenda do dia e as deliberações e encaminhamentos da última reunião realizada em abril de 2020.

Resultados das ações de enfrentamento a COVID 19 apoiadas pelo Programa Arpa e próximos passos

III. Apresentação de alternativas para o cumprimento da condição de desembolso vinculada ao 3º desembolso de USD 10 milhões no âmbito do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (GEF Paisagens).

IV. Detalhamento do planejamento e aplicação de recursos de compensação ambiental (recursos destinados e recursos disponíveis) nas UCs apoiadas pelo Programa Arpa.

V. Detalhamento acerca dos recursos adicionais pleiteados para o Monitoramento da Biodiversidade, Proteção e Capacitação que serão aplicados diretamente nas UCs apoiadas pelo Programa Arpa. Apresentação da metodologia de monitoramento de efetividade da aplicação dos recursos pleiteados. Apresentação da contrapartida aos pleitos Extras a ser aportada ao Programa Arpa, tendo como base o orçamento para o ano de 2021.

VI. NGIs ICMBio – Resultados preliminares do monitoramento.

VII. Apoio emergencial para UCs do Amazonas.

VIII. Atualização de texto do MOP. Inclusão do Fundo de Contingência..

IX. Atualização sobre Comitê do Programa e agenda 2020, das reuniões de instâncias de governança lideradas pela UCP..

X. Atualização sobre execução do Programa e gestão de ativos do Fundo de Transição.

XI. Revisão das deliberações e encaminhamentos e Encerramento.

I. Boas vindas e deliberações da última reunião, agenda do dia.

Participantes:

José Alentejano abre a reunião dando boas-vindas aos presentes e cumprimentando as autoridades representantes das instituições participantes e suas equipes técnicas. Manifesta que o CFT vê com preocupação a situação das queimadas e desmatamento na Amazônia, e o aumento dos números em relação a anos anteriores. Informa que o WWF pode dar maiores informações caso alguém tenha interesse em se aprofundar no tema.

Fabio Ribeiro apresenta a agenda do dia e as deliberações e encaminhamentos da última reunião realizada em abril de 2020.

II. Resultados das ações de enfrentamento a COVID 19 apoiadas pelo Programa Arpa e próximos passos

Fabio contextualiza que a estratégia de apoio ao enfrentamento da COVID 19 partiu do pleito de gestores de UCs, que solicitaram apoio para algumas ações. Após reuniões para discutir possíveis ações o CFT delineou uma estratégia de apoio que foi apresentada aos gestores do Programa, para manifestação da intenção de uso de recursos em ações durante o mês de junho. Foram disponibilizados 10 mil reais por UC, do PO 20/21 nas linhas de operacionalização e gestão participativa. Seria possível apoiar as UCs com: aquisição de EPIs (máscaras de proteção, álcool gel, etc.), materiais de divulgação (placas, cartazes, folders, etc.), apoio a realização de cadastro de comunitários para acesso ao auxílio emergencial governamental e aquisição de cestas de alimentos para comunidades em risco alimentar.

22 UCs apresentaram planejamento para utilização de recursos e os pleitos foram autorizados durante o mês de junho. Entretanto, devido a fatores logísticos entre outros, algumas UCs precisaram realizar as ações nos meses de julho, agosto e setembro, sobretudo devido a logística envolvida no fornecimento e distribuição dos alimentos. Algumas UCs articularam também estratégias com parceiros somando o recurso do Arpa a outros apoios, e por isso foi necessário aguardar para a realização de ações em conjunto.

Do montante de R\$ 1.17 milhões disponibilizados pela iniciativa, 15% do recurso foi acessado pelos gestores totalizando aproximadamente R\$ 174 mil, restando um saldo de aproximadamente R\$ 996 mil.

Como resultados de impacto, foram adquiridos 543 EPIs que beneficiaram 115 servidores dos OGS envolvidos. Foram gerados 222 itens de divulgação sobre as UCs e a pandemia para comunicação no território das UCs. Foram realizados cadastros de 372 comunitários para recebimento do auxílio emergencial do Governo Federal e 50 pessoas receberam ajuda de transporte até uma cidade para saque do auxílio emergencial. Por fim 1228 cestas de alimentos foram distribuídas em 152 comunidades, beneficiando aproximadamente 4850 pessoas.

Fábio apresentou alguns pedidos que foram negados, pois estavam fora do escopo definido pelo CFT. A exemplo foram negados a aquisição de testes rápidos para COVID 19 e itens de EPI e higiene e limpeza pessoal e do lar para comunidades.

Fábio finaliza a apresentando com um pleito dos gestores, de acordo com as interações realizadas com o Funbio durante o atendimento das demandas. Em linhas gerais, três solicitações foram estruturadas com base nessas informações: Extensão de prazo para que UCs que não realizaram ações já aprovadas pudessem fazê-lo; Tornar elegível para comunidades, a aquisição de EPIs e

produtos de higiene e desinfecção pessoal e do lar; e por fim a autorização para aquisição de testes rápidos de COVID 19, para funcionários dos OGs.

Alentejano coloca que considera adequada a concessão de extensão de prazo do auxílio do Arpa, desde que com a mesma moldura de itens elegíveis e valores pré-definidos. Adriana Moreira concorda com a manutenção do apoio dentro da moldura atual. Mariana Napolitano sugere que não fosse limitado um prazo para finalização do auxílio, com a possibilidade de remanejamento de teto dentro dos valores já pré-determinados entre UCs do mesmo órgão gestor, e também sugere o apoio para que protocolos sanitários de acesso as UCs Arpa possam ser desenvolvidos pelos Órgãos Gestores, caso haja interesse. Mariana finaliza colocando que os demais itens pleiteados deveriam ficar de fora da extensão do apoio do Arpa.

Avecita Chicchón pergunta que outras fontes existem para as UCs e quais as necessidades específicas das mesmas, tendo em vista que apenas 15% dos recursos foram efetivamente acessados. Florian coloca que estão abertos em discutir prazos e modificar critérios, uma vez que se entenda os motivos para a baixa utilização dos recursos. Gostaria de ter uma justificativa e com base nisso tomar uma decisão.

Fábio coloca que em relação ao prazo, não definir um prazo seria mais adequado, já que a logística demandada por cada UC é diferente. Adicionalmente, algumas ações podem ser realizadas apenas quando recursos oriundos de outras fontes se somam ao apoio do Arpa, o que pode impactar o prazo de realização das mesmas. Alentejano complementa informando que em relação a outras fontes de recursos é conhecido que há os recursos do governo e outros oriundos de outras doações. Rosa coloca que essas iniciativas também dependem do gestor da UC, e alguns ficaram doentes, ou foram desligados durante a pandemia impactando as UCs. Avecita Chicchón conclui que é preciso monitorar as ações para que se identifique se as necessidades das UCs estão sendo efetivamente cobertas, se a moldura pensada pelo CFT estaria de fato atendendo essas necessidades.

Alentejano coloca que essas informações precisam ser respondidas e que apesar de 15% do recurso ter sido efetivamente utilizado, certamente fez a diferença para as comunidades apoiadas, e conseqüentemente para as UCs. Propõe então que o pleito seja aprovado, caso não haja manifestação em contrário.

Deliberação 1: Aprovado pleito de extensão de prazo do apoio do Programa Arpa para enfrentamento à Covid 19. Deverá ser mantido o teto de gastos por UC e as despesas elegíveis já delineadas pelo Programa. Os órgãos gestores poderão realizar remanejamento de recurso entre as UCs do Arpa no mesmo OG, desde que respeitando as linhas orçamentárias elegíveis e o teto de gastos permitido. Se necessário poderá ser apoiado o desenvolvimento pelos OGs, de protocolos sanitários de acesso às UCs do Arpa. Continuará sendo realizada a relatoria bimensal de monitoramento e apresentação de resultados ao CFT.

Encaminhamento 1: No âmbito do apoio do Arpa ao enfrentamento da COVID 19 o Funbio continuará captando as demandas dos Gestores das UCs, visando identificar as reais necessidades para o enfrentamento da emergência sanitária associada a Pandemia.

III. Apresentação de alternativas para o cumprimento da condição de desembolso vinculada ao 3º desembolso de USD 10 milhões no âmbito do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (GEF Paisagens).

Castelli inicia a apresentação informando que vem sendo estudadas alternativas para o cumprimento da 3ª e última condição de desembolso do projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia. Vem sendo pensada a apresentação de alguns termos de compromisso de compensação ambiental (TCCA), firmados entre empreendimentos e o ICMBio. Seriam cinco TCCAs, sendo dois deles referentes a empreendimentos de linhas de transmissão, Tucuruí, um empreendimento de óleo e gás, e hidroelétrica de Jirau.

Seriam recursos que já estão sendo executados por meio de termos assinados em 2018 e 2019. O valor total chega a R\$ 131,7 milhões e deve ser destinado para UCs do Arpa. Este valor estaria suprimindo a demanda associada ao 3º desembolso do GEF Paisagens. Mariana Pereira informa que as UCs beneficiárias seriam RESEX Verde para a Sempre, ESEC Terra do Meio, PARNA dos Campos Ferruginosos, PARNA da Serra do Pardo, PARNA da Amazônia, ESEC Maracá Jipioca, REBIO Jarú e PARNA Mapinguari. Ricardo Castelli finaliza colocando que essas são as alternativas que vem sendo estudadas e o MMA pretende apresentá-las ao Banco Mundial.

Adriana Moreira lembra que este é um item contratual e para qualquer mudança seria necessária uma reestruturação em contrato baseada em justificativa clara do porque não haverá o financiamento por parte do Fundo Amazônia. Qualquer proposta deve também indicar claramente as UCs do Arpa que serão beneficiadas. Adriana conclui que o Banco Mundial continuará informando o CFT do andamento deste processo. Isso se dará em etapas e inicialmente é preciso receber um pedido por parte do MMA com a indicação clara de como os recursos serão compensados e quais UCs serão beneficiárias.

Marcelo Freire informa que veio a reunião substituindo Beatriz Milliet, coloca que essas alternativas seriam um caminho factível e razoável para a realização do aporte de recursos necessários.

Alentejano solicita que o tema seja ponto de pauta na próxima reunião do CFT.

Encaminhamento 2: MMA manterá o CFT atualizado sobre o andamento do processo de estruturação de alternativa para o cumprimento da condição de desembolso vinculada ao 3º

desembolso de USD 10 milhões no âmbito do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (GEF Paisagens).

IV. Detalhamento do planejamento e aplicação de recursos de compensação ambiental (recursos destinados e recursos disponíveis) nas UCs apoiadas pelo Programa Arpa.

Tathiana Fajardo inicia o tema compensação ambiental com informações sobre arcabouço legal, apresentando mecanismos e definindo conceitos. Apresenta o fluxo atual do mecanismo de compensação ambiental por via indireta através de um fundo. Informa que o recurso destinado é uma expectativa de desembolso. O termo de compromisso é assinado após a destinação e o recurso passa assim a ser recurso previsto, tornando-se recurso disponível quando efetivamente depositado na conta do fundo de compensação ambiental.

Tatiana informa que pode haver alguma diferença entre números institucionais (ICMBio e IBAMA), mas que atualmente há recursos destinados de R\$ 1,1 bilhões que na maior parte serão utilizados para regularização fundiária nas UCs. Destes, aproximadamente R\$ 260 milhões serão destinados a 30 UCs do programa Arpa - de acordo com nota técnica apresentada – sendo a maior parte para regularização fundiária. Também há recursos em menor volume para a implementação de UCs, pesquisa e plano de manejo.

Tatiana informa que atualmente há um sistema próprio para gerenciamento da compensação ambiental e houve apoio da fundação Moore para essa estruturação. Tatiana detalha o quantitativo de recursos para algumas UCs do Arpa e para que foram destinados. Apresenta informações da ESEC Maracá Jipioca, REBIO Trombetas e PARNA do Cabo Orange. Segundo Tatiana, em UCs do ARPA há disponibilidade de recursos que deverão ser utilizados para contratação de manutenção de frota, abastecimento, passagens aéreas e diárias. Informou também que o ICMBio está em fase final do fechamento de contrato com a Caixa Econômica Federal para execução deste recurso.

Adriana Moreira coloca que nem sempre o recurso depositado está sendo executado. Fica contente com a perspectiva próxima de fechamento do contrato com a Caixa Econômica e pergunta qual a perspectiva real de execução deste recurso via Caixa. Coloca que há uma grande diferença entre valores previstos e executados.

Tatiana informa que atualmente há algo em torno de R\$ 400 milhões depositados no fundo de compensação. A criação do fundo ocorreu em dezembro de 2018 e os instrumentos só começaram a ser celebrados em maio/2019. Foi elaborado um projeto piloto, que está efetivamente em execução. Com relação ao planejamento de 2020, o projeto de execução foi apresentado a Caixa

em janeiro de 2020. Há uma curva de aprendizagem do agente executor, a Caixa, que está aprendendo a trabalhar com Unidades de Conservação, mas vários passos já foram dados. A expectativa é que estes serviços sejam disponibilizados às UCs ainda em 2020.

Adriana informa que há particular interesse no termo da UHE Jirau, pois o mesmo foi apresentado como instrumento para cumprimento da 2ª condição de desembolso do GEF paisagens. Adriana pergunta quanto que foi executado dos R\$ 400 milhões. Tatiana informa que R\$ 19 milhões foram aplicados em diárias e regularização fundiária. Informa também que o recurso do TCCA de Jirau é majoritariamente para regularização fundiária e não está no Fundo, pois se trata de execução direta pelo empreendedor. Há expectativa de pagamento de terras no valor de R\$ 23 milhões dentro da REBIO Jarú.

Adriana coloca que os contratos do GEF possuem uma cláusula para não utilização de recursos do GEF para regularização fundiária, devido a insegurança jurídica existente nos títulos de terra em áreas protegidas. Rosa Lemos pergunta se os recursos utilizados para regularização fundiária podem ser considerados como contrapartida do Arpa. Adriana responde que é possível, é um investimento para a área e pode ser contabilizado como contrapartida. O que não é possível para esta finalidade é a utilização de recursos de doação.

Mariana Napolitano pergunta se há previsão de uso deste recurso e aumento do uso ao longo dos anos, considerando que há uma curva de aprendizagem. Tatiana esclarece que sim, há uma expectativa de execução crescente ano a ano considerando a curva de aprendizagem, de modo que a previsão de uso do fundo seria por 20 anos.

Alentejano agradece pelas informações e segue para próximo item da pauta.

V. Detalhamento acerca dos recursos adicionais pleiteados para o Monitoramento da Biodiversidade, Proteção e Capacitação que serão aplicados diretamente nas UCs apoiadas pelo Programa Arpa. Apresentação da metodologia de monitoramento de efetividade da aplicação dos recursos pleiteados. Apresentação da contrapartida aos pleitos Extras a ser aportada ao Programa Arpa, tendo como base o orçamento para o ano de 2021.

Tatiana Fajardo relembra que foi realizada uma solicitação de aporte adicional ao final de 2019 após o planejamento das UCs. Frente a pandemia de COVID-19 as expectativas foram reavaliadas e com base nisso foi realizado o replanejamento de recursos extras para Monitoramento, Capacitação e Proteção.

O Monitoramento foi afetado, e houve uma suspensão dos trabalhos de campo até agosto deste ano, quando foi retomado em duas UCs, como piloto para uma avaliação do ICMBio quanto ao amplo retorno das atividades. Em virtude da reprogramação das atividades, há saldo aproximado de 330 mil para as atividades de monitoramento para este ano.

Para capacitação, a solicitação tinha valor elevado devido a mudanças de normas e decretos que ocorreram recentemente, pois era necessário atualizar os fiscais, além de cursos nas linhas de plano de manejo e regularização fundiária. Nestas duas linhas, foi adotado a capacitação a distância, e o recurso não será mais necessário.

Tatiana informa que não é possível neste momento apresentar a contrapartida de 2021, pois ainda não conhecem o orçamento para o próximo ano. Portanto o ICMBio resolveu ajustar o pleito avaliando a demanda por recursos apenas para o ano de 2020, e priorizando recurso adicional para proteção no valor de R\$ 790 mil, que seriam utilizados para suporte logístico das ações da Operação Integração, compra de equipamentos de prevenção e combate a incêndios e para o intercâmbio em manejo integrado do fogo no Estado de Roraima. Tatiana apresenta a contrapartida relativa a 2019, onde foram investidos R\$ 3,8 milhões do orçamento para ações de fiscalização e combate a incêndio na Amazônia, nas UCs do Arpa, dos quais R\$ 1 milhão destinados a ações de fiscalização e R\$ 2,8 milhões destinados a ações de combate a incêndios florestais.

Tatiana apresenta os valores de compensação ambiental destinados para UCs do Arpa de acordo com a nota técnica, entretanto ainda não há previsão de quando serão implementados.

João Morita apresenta com mais detalhes a estratégia da coordenação de proteção para utilização dos recursos adicionais, se aprovado o pleito. Informa que o intercâmbio para manejo integrado do fogo foi redimensionado devido a limitações impostas pela pandemia e apenas 15 pessoas seriam capacitadas no PARNA do Viruá, em Roraima. João Morita apresenta resultados do manejo integrado do fogo em UCs do Arpa (PARNA dos Campos Amazônicos e PARNA do Viruá). Coloca que se algumas ações de manejo integrado do fogo não forem realizadas pode-se iniciar um ciclo com anos com muito fogo e anos com pouco fogo, o que seria prejudicial para as UCs.

Eric Motoyama apresenta a Operação Integração. As UCs prioritárias para ações em 2020 incluem NGI Terra do Meio, UNA Itaituba (12 UCs das quais 4 são apoiadas pelo ARPA), RESEX Chico Mendes e FLONA Bom Futuro. Estas UCs representam mais de 70% do desmatamento que ocorre na Amazônia Legal.

Informa que o ICMBio também está realizando a operação Verde Brasil implantada com a Garantia de Lei e da Ordem, em conjunto com outras instituições (Exército, IBAMA, Censipam), com foco mais genérico. A estratégia conta com alguns pontos importantes para seu funcionamento: bases de atuação na BR-163, Terra do Meio, Chico Mendes e FLONA Bom Futuro, e ações permanentes nessas frentes, além de contratação de equipe de apoio de campo, aluguel de viaturas, logística para retirada de maquinário, sobrevoos de reconhecimento e monitoramento do território. Foram feitos aportes adicionais de recursos para atuação nessas quatro frentes, capacitação permanente dos agentes de fiscalização e recomposição das condições estruturantes para execução de ações de fiscalização.

Em seguida, Eric apresenta as estratégias de fiscalização planejadas para otimização de recursos humanos e alcance de resultados. A principal estratégia seria a Operação Integração, onde está concentrado o maior esforço da atuação do ICMBio. A operação congrega ações no NGI Terra do Meio, UNA de Itaituba e RESEX Chico mendes, onde há UCs do Arpa, além da FLONA Bom Futuro (não Arpa).

As operações dependem da contratação de pessoal de campo da região, pois estes conhecem o contexto e território; contam também com o aluguel de viaturas para complementação da frota e com a utilização de aeronaves; Contam com aporte orçamentário de R\$ 1,7 milhões em 2020, uma contrapartida aos recursos do Arpa; Contam com a capacitação permanente dos agentes de fiscalização, sobretudo associada a mudanças na legislação; contam com o treinamento de funcionários para uso de equipamentos de fiscalização como drones, além de capacitação em geoprocessamento.

Eric apresenta resultados das ações de fiscalização realizadas em 2019 e 2020. Coloca que há uma grande quantidade de autos de infração lavrados em UCs do Arpa. Em 2020, até o mês de agosto, foram 137 ações de fiscalização realizadas na Amazônia, das quais 87 foram realizadas em UCs do Arpa. Também apresenta dados de dias de campo e multas aplicadas em 2019 e 2020. Finaliza informando que até dezembro de 2020 ainda há previsão de realização de 186 ações na Amazônia, 70% delas em UCs do ARPA. Coloca que existe um alinhamento entre DIMAM, CGPRO e GR1 (Gerência Regional da Amazônia) de sempre haver ações de fiscalização nas UCs mais críticas, a exemplo a RESEX Chico Mendes que vem sofrendo aumento de alertas de desmatamento. Informa que a Pandemia impactou bastante o trabalho, exigindo replanejamentos e substituição, nas operações, dos profissionais em grupo de risco, além da dificuldade de obtenção de voos. Coloca que a situação começa a se normalizar agora e a intenção do ICMBio é superar os resultados de 2019.

Florian coloca que a carta enviada pelo KfW ao MMA e ICMBio ainda não foi respondida. Lembra que o primeiro ponto levanta a questão de como os governos federal e estaduais garantirão um aumento no aporte de recursos de 3% ao ano conforme contrato. Lembra também que o segundo ponto tem relação com o pleito específico de recursos adicionais, e que o KfW quer saber qual a contrapartida Brasileira em relação aos pleitos de proteção, monitoramento e capacitação. Florian informa que o KfW espera uma resposta a este documento.

Tatiana Fajardo responde pelo ICMBio informando que entendem os questionamentos. Que foi realizada uma redução no pleito, devido a economias como explicado na nota técnica e há dificuldade de apresentação de informações sobre o orçamento de 2021, uma vez que o ICMBio ainda não tem essa informação. Coloca que é possível que já tenham condições de apresentar informações sobre o orçamento de 2021 na reunião do CFT de dezembro.

Marcelo Freire, falando como suplente de Beatriz, coloca que não irá comentar sobre o orçamento do MMA pois não é tema desta reunião, mas que está sendo discutido internamente no MMA.

Informa que, quanto aos recursos da Operação Lava Jato, o assunto já foi discutido em reunião anterior. Informa que o MMA obteve mais informações sobre o tema e que os recursos tiveram outro tipo de orientação e aplicação, de modo que contar com esses recursos para este objetivo não seria viável. Outras alternativas de concretizar essa contrapartida vêm sendo buscadas pelo MMA, como os termos de compensação ambiental, que foram apresentados anteriormente na reunião.

Florian coloca que antes de uma deliberação sobre o pleito adicional de recursos o KfW aguarda resposta à carta mencionada.

Adriana Moreira coloca que há necessidade de melhor entendimento em relação ao pleito, já que há recursos planejados nas UCs e não utilizados. Assim sendo, a demanda por um pleito adicional poderia ser revista. O recurso não executado não poderia ser remanejado para essa finalidade?

Rosa Lemos coloca que as UCs Federais planejaram R\$ 11 milhões para ações de proteção das UCs nos POs 20/21, e deste montante apenas R\$ 2 milhões foram efetivamente solicitados. Seria um recurso marcado para proteção que não impactaria as atividades das UCs caso utilizados para a mesma finalidade. Isso daria segurança ao ICMBio para assumir as atividades que estão planejando. Ao final de 2021, caso o recurso de proteção seja esgotado seria um caso de negociar um pleito adicional.

Mariana Napolitano coloca que parte do recurso, R\$ 400 mil, seriam para aquisição de equipamentos de prevenção e combate ao fogo para as UCs, portanto o recurso já estaria dentro do PO 20/21 das próprias Unidades de Conservação. Adriana Moreira coloca que o recurso do Arpa tem maior flexibilidade de gestão em comparação aos recursos da União e que, havendo recursos disponíveis e respeitadas as linhas orçamentárias, estes poderiam ser mobilizados para a estratégia de proteção apresentada, garantindo uma execução de qualidade, resultado desejado por todos.

Tatiana Fajardo concorda com a proposição e pede a opinião dos colegas do ICMBio. Eric Motoyama coloca que a intenção da CGPRO seria ter um PO exclusivo para que possam dar suporte as Unidades de Conservação, operacionalizando por Brasília algumas ações e realizar as capacitações de agentes, o que envolve UCs que Arpa e UCs não Arpa. Tatiana concorda, dizendo não ser necessário um aporte de recursos, e sim a mobilização de recursos existentes nos POs ativos, para um PO da CGPRO. Se há recursos no montante de 9 milhões para proteção seria prudente realizar o remanejamento para um PO de Proteção, e no final do ano seria revisto se há necessidade de um aporte. Eric Motoyama manifesta estar de acordo com a colocação de Tatiana.

Rosa Lemos coloca que uma vez o recurso estando planejado e sendo para as UCs, isto poderia ficar no próprio PO da UC sem necessidade de um PO centralizado, e as próprias UCs poderiam fazer as solicitações sob orientação da CGPRO. Isso seria uma questão processual a ser resolvida posteriormente. Tatiana aquiesce. Alentejano concorda também, reforçando a importância da observação de Rosa, que os recursos devem ser executados prioritariamente no PO das próprias

UCs, respeitando a lógica de trabalho do Arpa. Propõe então que sejam utilizados para os fins propostos recursos que já existem nos POs das UCs e que ao final de 2021 seja reavaliado se haverá necessidade de recursos adicionais. Não há objeções.

Deliberação 2: Aprovada a utilização de R\$ 390 mil de recursos dos Planejamentos Operativos 20/21 das UCs Federais, no subprojeto de Proteção para ações centralizadas da CGPRO. Para a aquisição de equipamentos para prevenção e combate ao fogo, no montante de R\$ 400 mil, devem ser utilizados os recursos dos POs das UCs do ICMBio. Recursos adicionais, caso necessários, serão objeto de discussão em reunião futura do CFT.

VI. NGIs ICMBio – Resultados preliminares do monitoramento.

Dado ao tempo excedido no desenvolvimento dos pontos I a V da reunião, este ponto de pauta foi adiado para entrada do ponto VII, uma vez que havia horário marcado para a entrada na reunião da equipe da Secretaria de Meio Ambiente do Amazonas. Assim sendo, o ponto VI foi o último trabalhado na reunião,

Mariana Pereira coloca que a discussão do formato NGI no Arpa vem sendo realizada desde 2018, que o desafio é medir a evolução da execução, contrapartida, consolidação e efetividade das UCs no modelo de NGI. A estratégia de monitoramento encontra-se em construção pela UCP e ICMBio. Serão utilizados os relatórios de execução do Funbio e a contrapartida será reportada pelos órgãos gestores. Em relação aos aspectos técnicos continuará sendo realizada a FAUC e vão incluir a análise de efetividade realizada pelo sistema SAMGE. Mariana conclui pedindo ao ICMBio que realize uma apresentação do sistema SAMGE.

Mariusz Antoni apresenta o Sistema SAMGE, contextualizando sua criação e o apoio do WWF e da Moore ao desenvolvimento da ferramenta, que começou a ser aplicada em 2015. Mariusz apresenta as premissas, as aplicações em políticas públicas e resultados da ferramenta de análise de efetividade.

Mariusz apresenta o sistema, os itens que são monitorados e a possibilidade de filtro de projetos, como programa ARPA, e por NGI. Coloca a coordenação de monitoramento à disposição para geração de relatórios.

Adriana Moreira agradece a apresentação, e manifesta a importância do CFT ficar ciente destas iniciativas, já que estes doadores estão envolvidos com o avanço de monitoramento de efetividade, até para inclusão nos projetos do GEF.

VII. Apoio emergencial para UCs do Amazonas.

Ingressam a reunião neste momento o Secretário de Meio Ambiente do Estado do Amazonas, Sr. Eduardo Taveira, O Secretário Executivo Luiz Piva e a Secretária Adjunta, Sra. Christina Fisher.

Eduardo Taveira agradece a oportunidade, e apresenta um plano de sustentabilidade financeira para as UCs estaduais do Amazonas.

Eduardo Taveira informa que os focos de incêndio estão concentrados nos municípios do sul do Estado do Amazonas, nos municípios que apresentam economias mais fortes. O desafio da gestão ambiental do Estado é criar estratégias para dar condição a uma retomada econômica com baixo impacto de desmatamento. Apresenta informações sobre concentração do desmatamento e das queimadas no sul do estado, e coloca que isso vem ocorrendo principalmente nos municípios fronteiriços. Ressalta que as Unidades de Conservação do estado vêm cumprindo um papel importante na contenção do desmatamento. Colocando em perspectiva os alertas de desmatamento, informa que estes representam 0.07% do território do Estado, demonstrando a efetividade das UCs. Comenta que a pandemia de COVID 19 impactou bastante as operações das Unidades de Conservação do Estado. Coloca também que o apoio emergencial do ARPA foi fundamental, assim como a articulação com outros parceiros, o que viabilizou ações de enfrentamento da pandemia nas UCs, e apresenta resultados das ações realizadas.

Na linha de políticas estratégicas para o fortalecimento da política ambiental estadual Eduardo Taveira apresenta a estratégia de atuação em rede e uma série de avanços na área de políticas públicas, incluindo projetos de cooperação bi e multilaterais e projetos em prospecção. Fala em consolidar as políticas vigentes para uma consolidação da política ambiental do Estado, evitando descontinuidade do projeto de desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas. Apresenta resultados do avanço na consolidação das UC estaduais e ressalta os investimentos realizados em cadeias produtivas, acordos de pesca e credenciamento de 20 organizações da sociedade civil para atuação conjunta nas UCs Estaduais. Após essa introdução passa a palavra ao Secretário executivo.

Luis Piva apresenta a estratégia de financiamento para o SEUC. Enfatiza o compromisso do estado com o programa Arpa, informando que o objetivo é identificar os mecanismos financeiros para criar e manter áreas protegidas do Estado e fazer frente à demanda financeira que viabilizarão a estratégia de saída do Fundo de Transição. Destaca que um mecanismo fundamental será o pagamento por carbono, além das fontes tradicionais como compensação ambiental e concessão florestal, que já estão acontecendo. Nesse sentido estão sendo conduzidas também interlocuções com o setor privado.

Luis Piva explica que o pleito apresentado ao CFT visa aprofundar esta análise olhando para os mecanismos de financiamento público e privado para garantir a sustentabilidade financeira das áreas protegidas. Fala do desafio de criação e manutenção deste mecanismo de sustentabilidade. Apresenta os passos a serem realizados para a criação do mecanismo. Cita os parâmetros que foram considerados: levantamento históricos de fontes de financiamento para conservação para composição dos custos, o levantamento da lacuna financeira, o cálculo dos custos econômicos por ha/ano (U\$ 1 a 3), a validação dos estoques de carbono alocados entre 2016 e 2030, e a bioeconomia (potencial produtivo e geração de renda).

Luis Piva apresenta o Pleito do Estado do Amazonas para o CFT:

Pleito 1

Demanda pontual para contratação de 14 técnicos por 3 meses, que seria o tempo necessário para a SEMA-AM operacionalizar um projeto interno para contratação de técnicos, nos mesmos moldes que foi feito nas contratações que finalizaram em maio deste ano. Informa que os recursos para continuidade desse projeto nos meses subsequentes estão garantidos.

Custo: R\$ 280 mil

Pleito 2

Elaboração de uma Plano Estadual de Sustentabilidade Financeira e um componente de transparência e controle social. O Estado do Amazonas se compromete, tendo um bom resultado, a permitir que esse modelo seja replicado para outros órgãos gestores.

Custo: R\$ 540 mil.

Luis Piva sumariza a solicitação dizendo que a contratação dos 14 técnicos seria uma ponte para a implantação de um projeto de gestão das UCs por 2 anos e o plano de sustentabilidade é a ferramenta para viabilizar o fim gradual do apoio do Fundo de Transição às UCs do Amazonas.

Adicionalmente Luis coloca que, de forma a contribuir para a meta de criação de Unidades de Conservação pelo Arpa, há no Governo do Amazonas a perspectiva de criação de quatro áreas ao longo da BR 319, totalizando 1,5 milhão de hectares. Atualmente este processo está na fase de análise da viabilidade política. Eduardo Taveira e Piva finalizam agradecendo novamente pelo espaço disponibilizado para apresentação da proposta.

Avecita Chicchón elogia a apresentação, colocando que considera importante que o Amazonas está preocupado em continuar construindo sua política ambiental com base no que já fizeram, e que o Amazonas é muito importante para a conservação da Amazônia. Pergunta sobre a criação de áreas, se há uma previsão de quando essas áreas poderiam ser criadas.

Eduardo Taveira informa que já possuem os recursos para a realização dos estudos preliminares. Coloca que este processo é uma salvaguarda imposta pelo Ministério Público Estadual ao projeto de pavimentação da BR 319. Christina Fisher coloca que o programa Arpa é muito importante para a criação de áreas no estado do Amazonas, tendo viabilizado desde os anos 2000 metas acima da expectativa inicial do Estado. Quanto à criação das áreas na região da BR 319, é difícil definir um prazo, mas que há esse requerimento de salvaguarda e mobilização local. Algumas áreas já estão em processo de criação e outras encontram-se em processo administrativo interno na SEMA-AM. Eduardo Taveira informa que a SEMA-AM está na fase de desenho das propostas para essas áreas. Luis Piva explica que já estão encaminhadas as ações para realização dos estudos ambientais.

Mariana Napolitano manifesta o interesse do WWF Brasil na proposta e intenção de que iniciativas como esta possam ser implementadas e avaliadas no âmbito do Programa Arpa.

Tiago Alves pergunta se as ações relacionadas ao pleito 2 estão dentro de um plano diretor do Estado do Amazonas ou se seriam ações que estão sendo tratadas em linhas paralelas.

Eduardo Taveira esclarece que sim, faz parte de uma estratégia de governo, em especial para a consolidação das UCs do Estado e que além disso há pressão por parte da população em relação ao conhecimento sobre os custos para manutenção das áreas protegidas. Informa que o governo entende que as UCs são fundamentais para conservação e desenvolvimento sustentável, e que estas fazem parte de um processo mais amplo de retomada das atividades com baixo impacto ambiental e alto retorno social. Conclui colocando que a estratégia também está associada a salvaguardas relacionadas a empréstimos do Banco Mundial.

Adriana Moreira complementa que Banco Mundial e o estado do Amazonas estudam uma operação de empréstimo que tem características diferentes de operações de investimento. Entretanto, há interesse do Banco em apoiar a área ambiental, incluindo cláusulas sobre fortalecimento da secretaria e aumento do staff. Coloca que o pleito precisa ser temporário, uma exceção dentro do Arpa e é importante que o CFT tenha essa discussão. Acrescenta que o Banco Mundial também está trabalhando com o estado para investimento direto (doação) na região de Putumayo Uçã. Estas estratégias constituem então outros recursos que estão chegando no Estado ajudando a mitigar esta situação emergencial, dando maior segurança ao CFT para uma decisão.

Alentejano propõe aprovação do pleito, em caráter excepcional e temporário, caso não haja manifestação em contrário.

Deliberação 3: Pleito de apoio emergencial para o Estado do Amazonas aprovado, em caráter excepcional e temporário.

Alentejano informa que os pontos VIII, IX, X, e XI seriam tratados por e-mail posteriormente, já que o tempo das apresentações excederam o previsto para a agenda e ainda seria necessário trabalhar o ponto VI (NGI ICMBio).

VIII. Atualização de texto do MOP. Inclusão do Fundo de Contingência.

Ponto enviado por e-mail pós reunião, de acordo com orientação do Presidente do CFT.

IX. Atualização sobre Comitê do Programa e agenda 2020, das reuniões de instâncias de governança lideradas pela UCP.

Ponto enviado por e-mail pós reunião, de acordo com orientação do Presidente do CFT.

X. Atualização sobre execução do Programa e gestão de ativos do Fundo de Transição.

Ponto enviado por e-mail pós reunião, de acordo com orientação do Presidente do CFT.

XI. Revisão das deliberações e encaminhamentos e Encerramento.

Abaixo o quadro de deliberações e encaminhamentos da reunião.

| Quadro de Informes, Encaminhamentos e Deliberações | Responsáveis |
|---|---------------|
| Deliberação 1 (Ponto de Pauta N. 2): Aprovado pleito de extensão de prazo do apoio do Programa Arpa para enfrentamento à Covid 19. Deverá ser mantido o teto de gastos por UC e as despesas elegíveis já delineadas pelo Programa. Os órgãos gestores poderão realizar remanejamento de recurso entre as UCs do Arpa no mesmo OG, desde que respeitando as linhas orçamentárias elegíveis e o teto de gastos permitido. Se necessário poderá ser apoiado o desenvolvimento pelos OGs, de protocolos sanitários de acesso às UCs do Arpa. Continuará sendo realizada a relatoria bimensal de monitoramento e apresentação de resultados ao CFT. | - |
| Deliberação 2 (Ponto de Pauta N. 5): Aprovada a utilização de R\$ 390 mil de recursos dos Planejamentos Operativos 20/21 das UCs Federais, no subprojeto de Proteção para ações centralizadas da CGPRO. Para a aquisição de equipamentos para prevenção e combate ao fogo, no montante de R\$ 400 mil, devem ser utilizados os recursos dos POs das UCs do ICMBio. Recursos adicionais, caso necessários, serão objeto de discussão em reunião futura do CFT. | - |
| Deliberação 3 (Ponto de Pauta N. 7): Aprovado pleito de apoio emergencial para o Estado do Amazonas, em caráter excepcional e temporário. | - |
| Encaminhamento 1 (Ponto de Pauta N. 2): No âmbito do apoio do Arpa ao enfrentamento da COVID 19 o Funbio continuará captando as demandas dos Gestores das UCs, visando identificar as reais necessidades para o enfrentamento da emergência sanitária associada a Pandemia. | Funbio |
| Encaminhamento 2 (Ponto de Pauta N. 3): MMA manterá o CFT atualizado sobre o andamento do processo de estruturação de alternativa para o cumprimento da condição de desembolso vinculada ao 3º desembolso de USD 10 milhões no âmbito do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (GEF Paisagens). | MMA |

Brasília, 11 de setembro de 2020.

MEMBROS CFT INSTITUCIONAIS:

Avecita Chicchón

Gordon and Betty Moore Foundation

Florian Arneth

KfW

Gustavo Fonseca

GEF/BR

José Augusto Alentejano

WWF/Brasil

Meg Symington

WWF/US

MEMBRO CFT CORPORATIVO

Tiago Alves

Anglo American

MEMBRO CFT GOVERNO

Beatriz Milliet

MMA

Ricardo Santos

Ministério da Economia

EQUIPE TÉCNICA GOVERNO:

João Paulo Sotero

SECEX/MMA

Ricardo Castelli Vieira

DAP/MMA

CONSULTOR INTRÍNSECO:

Tatiana Fajardo

DIPAN/ICMBio

SECRETARIA EXECUTIVA CFT:

Rosa Lemos

Secretária Geral/Funbio

Manoel Serrão

Superintendente de Programas/Funbio

Fábio Ribeiro Silva

Gerente do Programa Arpa/Funbio